

REQUERIMENTO

Audição à Amnistia Internacional e Human Rights Watch

devido à partilha de dados pessoais de manifestantes pela Câmara Municipal de Lisboa a autoridades estrangeiras

A Câmara Municipal de Lisboa enviou a diversas autoridades estrangeiras dados pessoais e sensíveis como os nomes, moradas e contactos de manifestantes que participaram em protestos, de acordo com a própria informação confirmada pelo Presidente da Câmara Municipal de Lisboa.

Estamos perante uma situação de extrema gravidade, tanto mais que, até ao momento, foi conhecido a partilha de dados pessoais e sensíveis com autoridades russas, israelitas, chinesas e venezuelanas.

No caso da Rússia e China, como é sabido, Portugal e a União Europeia têm reiteradamente condenado a violação de direitos humanos, designadamente pela perseguição aos opositores ao regime.

O PSD considera preocupante as diversas afirmações que cidadãos nacionais e portugueses têm proferido na comunicação social afirmando que a são vigiados em Lisboa ou que não podem regressar ao seu país devido a esta partilha incorreta de informação pelo Câmara Municipal de Lisboa.

O Presidente da Câmara Municipal de Lisboa em audição na Assembleia da República afirmou ser necessário uma avaliação da segurança do manifestantes cujos dados foram indevidamente partilhados.

Considerando este contexto, importa esclarecer a extensão das consequências causadas aos cidadãos que se manifestaram pela defesa dos direitos humanos.

O Grupo Parlamentar do PSD entende ser importante os esclarecimentos que a Amnistia Internacional possa dar de forma a perceber as consequências com a exposição de dados de vários manifestantes a autoridades estrangeiras.

Nesse sentido, vem solicitar ao Senhor Presidente que promova as diligências necessárias para a audição à Amnistia Internacional e Human Rights Watch.

Palácio de São Bento, 17 de junho de 2021

Os deputados do PSD,

Catarina Rocha Ferreira

Nuno Miguel Carvalho

Eduardo Teixeira